



# Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

**MENSAGEM Nº 028/2016.**

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 359/2016

Recebido em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Prazo vence em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Recebido por \_\_\_\_\_

- Leia-se em Sessão.

- Cópias aos Edis.

- Às comissões.

Ibiúna, 15 / 03 / 2016

Presidente  
Ibiúna, 14 março de 2016.

**SENHOR PRESIDENTE:**

Temos a elevada honra de submeter à apreciação e deliberação dessa Colenda Câmara, o incluso Projeto de Lei que "Altera dispositivos da Lei nº 594 de 23 de fevereiro de 2001 e dá outras providências".

Visa o presente Projeto de Lei atualizar a legislação municipal que regulamenta a criação de frentes sociais de trabalho temporário no Município da Estância Turística de Ibiúna.

Pelo presente projeto, está se alterando o art. 3º da Lei 594 de 23 de fevereiro de 2001, para no inciso I aumentar o número de trabalhadores contratados para as respectivas frentes de trabalho e no inciso III atualizar o salário a ser percebido pelos contratados no valor do salário mínimo vigente no país, ou seja, de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta) reais.

A constituição de frentes de trabalho está fundamentada na questão social, objetivando compatibilizar as necessidades de serviços com enfrentamento do problema do desemprego e sub-emprego existentes no Município, priorizando o arrimo de família em situação de pobreza evidente.

Sendo o que tínhamos, solicitamos que o projeto seja apreciado e votado dentro da maior brevidade possível conforme disposto no § 1º, Artigo 45 da Lei Orgânica do Município de Ibiúna, dada a relevância do tema.

Câmara Municipal da Estância  
Turística de Ibiúna  
Recebido em 14 / 03 / 2016

Sec. Administrativa

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Projeto de Lei nº 359/2016

Recebido em 14 de 03 de 2016

Prazo vence em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Recebido por \_\_\_\_\_



# **Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna**

**Estado de São Paulo**

*[Handwritten signature]*

São essas Senhor Presidente, as razões em que me levam a propor o presente Projeto de Lei, para que seja submetido à apreciação dos Nobres Vereadores dessa Câmara Municipal.

Sem mais para o momento renovamos a Vossa Excelência, na oportunidade, nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

*[Handwritten signature of Fábio Bello de Oliveira]*

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

AO  
EXMO. SR.  
PAULO KENJI SASAKI.  
DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.



# **Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna**

**Estado de São Paulo**

359/2016  
**PROJETO DE LEI Nº 028.  
DE 14 DE MARÇO DE 2016.**

**APROVADO**  
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA  
TURÍSTICA DE IBIÚNA  
EM 29 DE MARÇO DE 2016  
PRESIDENTE 1º SECRETÁRIO

"Altera dispositivos da Lei nº 594 de 23 de fevereiro de 2001 e dá outras providências."

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O art. 3º da Lei nº 594 de 23 de fevereiro de 2001, alterado pela Lei nº 910 de 26 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.3º- (...)

I- O número de trabalhadores contratados será de 40 (quarenta) para cada frente de trabalho;

II- (...)

III- Os contratados perceberão mensalmente o salário de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta) reais, podendo ser reajustado para mais, desde que o Governo Federal implante um salário mínimo nacional superior ao valor retro;

IV- (...)

V- (...)

VI- (...)

Parágrafo Único- (...)"





# **Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna**

**Estado de São Paulo**

**Art. 2º** - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art.3º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 14 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2016.**

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 594.**

**DE 23 DE FEVEREIRO DE 2001.**

**“Dispõe sobre a Criação das Frentes Sociais de Trabalho Temporário, a forma de contratação e dá outras providências”**

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA,**  
Prefeito da Estância Turística de Ibiúna,  
usando das atribuições que lhe são  
conferidas por Lei;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal  
de Ibiúna aprova e, ele sanciona e  
promulga a seguinte Lei:

**ARTIGO 1º** - Fica o Poder Executivo  
autorizado a implementar nos termos e condições desta Lei, as “Frentes Sociais  
de Trabalho Temporário”, assim como o estabelecimento da forma de  
contratação dos trabalhadores que integrarão estas frentes.

**ARTIGO 2º** - As frentes de trabalho de  
que trata esta lei, assenta-se na questão social, objetivando compatibilizar as  
necessidades de serviço com o enfrentamento do problema do desemprego e  
sub-emprego existentes no Município, priorizando arrimo de família em  
situação de pobreza evidente.

**ARTIGO 3º** - A contratação do pessoal  
necessário para a implementação de cada frente de trabalho, obedecerá as  
seguintes diretrizes básicas:

**I** – o número de trabalhadores  
contratados será de 20 (vinte) para cada frente de trabalho;

**II** – os contratos serão pactuados em  
conformidade com o art. 443, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Consolidação das Leis  
do Trabalho (CLT), pelo período máximo de 90 (noventa) dias, podendo ser  
pactuados em prazos menores, no fulcro no interesse público e vinculados ao  
termo dos serviços, contando expressamente do pacto laboral as normas  
operacionais que regem as relações de trabalho e cada caso específico;

**III** – os contratados perceberão  
mensalmente o salário de R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais), podendo ser  
reajustados para mais, desde que o Governo Federal implante um salário  
mínimo nacional superior ao valor retro;

**IV** – considerando a peculiaridade do serviço, fica dispensada a exigência de escolaridade mínima dos candidatos, ficando estes subordinados apenas à avaliação de saúde mental e física, estritamente necessários ao cumprimento dos serviços contratados;

**V** - a seleção informal dos candidatos ficará sob a responsabilidade de uma Comissão nomeada pelo Prefeito, priorizando, os desempregados integrantes das famílias carentes;

**VI** – o trabalhador que for contratado para uma frente de trabalho não poderá dentro do mesmo ano, ser novamente contratado, salvo se não houver outros candidatos interessados.

**Parágrafo Único** – A Comissão de Avaliação de que trata o inciso V deste artigo, será assim constituída:

**I** – 02 (dois) membros indicados pelo Executivo, sendo 01 (um) Assistente Social e 01 (um) do Departamento de Recursos Humanos;

**II** – 02 (dois) membros indicados pelo Fundo Social de Solidariedade da Estância Turística de Ibiúna;

**III** – o Poder Legislativo poderá indicar um observador para acompanhamento dos procedimentos de seleção.

**ARTIGO 4º** - As despesas necessárias à execução desta Lei, correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**ARTIGO 5º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DA  
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 19 DIAS DO MÊS DE  
FEVEREIRO DE 2001**

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ibiúna e afixada no local de costume em 23 de fevereiro de 2001.

**JAMIL PRADO**  
Secretário Geral da Administração





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA  
Estado de São Paulo

**PARECER**

Dispõe o presente de parecer sobre projeto de lei que visa à alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 594 de 23 de fevereiro de 2001 que "Dispõe sobre a criação das frentes sociais de trabalho temporário, a forma de contratação e dá outras providências."

O referido projeto encontra fundamento junto às disposições da Lei Orgânica do Município, dadas as competências dispostas junto aos arts 8º e 9º da norma em apreço.

A iniciativa encontra-se regular na medida em que o projeto está sendo apresentado pelo Poder Executivo Municipal.

Na matéria passo aos seguintes apontamentos:

A instituição de frentes de trabalho representa questão delicada, merecedora de profunda reflexão, pois facilmente degenera-se para meio de contratar agentes públicos com burla à exigência de prévio concurso público.

Portanto, as frentes de trabalho devem ser vistas como excepcionais e destinadas a um fim exclusivo.

Trata - se, portanto, de programa eminentemente assistencial e humanitário, voltado a ajudar pessoas em situação de carência.



**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**  
**Estado de São Paulo**

Não deve ser manejado com propósitos que atentem aos Princípios aplicados a Administração Pública, por exemplo, com o objetivo de suprir a deficiência de servidores públicos e/ou de contratar agentes públicos sem certame público.

A organização de frentes de trabalho é instrumento frequentemente utilizado para combater o desemprego e os efeitos de catástrofes naturais.

**O Tribunal de Contas do Paraná já se manifestou a respeito da matéria:** Consulta. Recursos repassados ao município, destinados à "frente de trabalho" para minorar o problema social causado pelo desemprego de boias - frias, em épocas de entre-safra. Não há necessidade de realização de teste seletivo, conforme o artigo 37, IX, da CF/88 e art. 27, IX, "a" e "b", da CE/89, tendo em vista que o Estado não atuará como empregador, mas como garantidor da estabilidade social. (Protocolo 169707/1996, Resolução 15273/1996)

Sugere-se assim, que o Poder Executivo ao enviar projeto de lei à apreciação da câmara municipal, regulamentando a instituição de frentes de trabalho no município, observe os seguintes tópicos:

**a) o rol de problemas sociais a serem atacados;**

**b) o número máximo de contratados a cada evento social gravoso e/ou período de tempo;**





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA  
Estado de São Paulo

c) o valor da remuneração dos trabalhadores e forma de pagamento;

d) as atividades a serem exercidas pelos trabalhadores  
- por exemplo, coleta de lixo, limpeza e manutenção de  
esgotos, ruas, praças e prédios públicos;

e) a autorização para a contratação direta, sem realização  
de teste seletivo e/ou concurso público;

recomenda - se: seja firmada parceria com o sindicato dos  
trabalhadores rurais local e/ou com a agência local da  
Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social,  
que se encarregarão de cadastrar e selecionar os  
beneficiários; o pagamento dos trabalhadores também poderá ser  
feito através das referidas instituições;

f) a identificação da dotação orçamentária a ser utilizada  
para a contabilização das despesas - preferencialmente na  
assistência social;

g) a vigência da frente de trabalho deverá ser pelo período  
máximo de 180 dias ( Lei 8666/1993, art. 24, inciso IV, por  
analogia);

h) que as contratações deverão beneficiar trabalhadores  
carentes e desempregados, residentes no município;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA  
Estado de São Paulo

É recomendável ainda, a expedição de decreto declarando a situação de emergência e/ou de calamidade pública enfrentada pelo município (art. 24, inciso IV, da Lei 8666/1993, por analogia).

Estes são os termos do presente parecer, passível de considerações superiores.

Ibiúna, 11 de março de 2016.

ANDERSON RAMOS GERALDO

Procurador Jurídico



## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266  
[www.camaraibiuna.sp.gov.br](http://www.camaraibiuna.sp.gov.br) e-mail: [camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br](mailto:camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br)

### CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 359/2016 de autoria do Chefe do Executivo foi protocolado na Secretaria Administrativa da Câmara no dia 14 de março de 2016 e lido no expediente da Sessão Ordinária de 15 de março de 2016, e, conforme despacho do Sr. Presidente foram extraídas e entregue fotocópias aos Srs. Vereadores(as).

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 359/2016 encontra-se à disposição das comissões para exararem parecer também conforme despacho do Sr. Presidente.

Ibiúna, 21 de março de 2016.

  
Amador Gabriel Vieira  
Secretário Administrativo





# **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

**“Vereador Rubens Xavier de Lima”**

**Estado de São Paulo**

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

[www.camaraibiuna.sp.gov.br](http://www.camaraibiuna.sp.gov.br) e-mail: [camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br](mailto:camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br)

## **PARECER CONJUNTO AO PROJETO DE LEI Nº. 359/2016**

### **AUTORIA CHEFE DO EXECUTIVO**

### **RELATOR: VEREADOR DEVANIR CANDIDO DE ANDRADE**

**COMISSÕES DE JUSTIÇA E REDAÇÃO; FINANÇAS E ORÇAMENTO; OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES PRIVADAS; E EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

O Chefe do Executivo apresentou para apreciação desta Casa de Leis no dia 14 de março de 2016, o Projeto de Lei nº. 359/2016 que “Altera dispositivos da Lei nº. 594 de 23 de fevereiro de 2001 e dá outras providências.”

A Comissão de Justiça e Redação em análise a proposta original, quanto a sua competência, sob a legalidade e constitucionalidade, emite parecer favorável pela tramitação regimental, pois a proposição tem o objetivo de autorizar o Executivo a alterar os incisos I e III do artigo 3º. da Lei nº. 594 de 23 de fevereiro de 2001 que “Dispõe sobre a criação de Frentes Sociais de Trabalho Temporário, a forma de contratação e dá outras providências.”, passando o número de trabalhadores contratados de 20 (vinte) para 40 (quarenta) para cada frente de trabalho; e atualizando o salário a ser percebido mensalmente pelos contratados no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), correspondente ao salário mínimo vigente no país, nada impedido à deliberação pelo Douto Plenário.

Sob o aspecto financeiro e orçamentário, a Comissão competente em estudo, também exara parecer pela tramitação regimental, pois as despesas correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no orçamento, suplementadas se necessário, conforme aponta o artigo 2º.

As Comissões de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas, e de Educação, Saúde e Assistência Social, quanto a sua competência, exaram parecer pela tramitação normal, pois a constituição de frentes de trabalho está fundamentada na questão social, objetivando compatibilizar as necessidades de serviços com enfrentamento do problema do desemprego e sub-emprego existentes no município, priorizando o arrimo de família em situação de pobreza evidente.

Ao Plenário que é soberano em suas decisões.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES, VEREADOR JOÃO MELLO, EM 22 DE MARÇO DE 2016.**

*Devanir*  
**DEVANIR CÂNDIDO DE ANDRADE**  
**RELATOR – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

*Israel de Castro*  
**ISRAEL DE CASTRO**  
**VICE-PRESIDENTE**

*Rodrigo de Lima*  
**RODRIGO DE LIMA**  
**MEMBRO**

*Dalberon Arrais Matias*  
**DALBERON ARRAIS MATIAS**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**



COMISSÕES

# **CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

**“Vereador Rubens Xavier de Lima”**

**Estado de São Paulo**

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP., - Fone/Fax: (15) 3241-1266

[www.camaraibiuna.sp.gov.br](http://www.camaraibiuna.sp.gov.br) e-mail: [camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br](mailto:camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br)

**Parecer ao Projeto de Lei nº 359/2016 – fls. 02**

  
**ALINE BORGES ALVES DE MORAES**  
**VICE - PRESIDENTE**

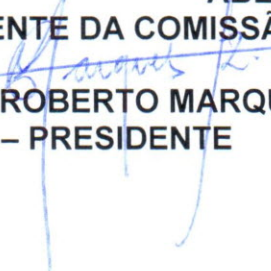
  
**ODIR VIEIRA BASTOS**  
**MEMBRO**

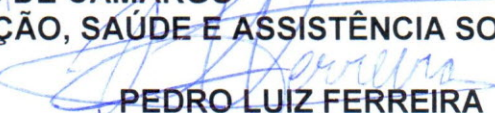
  
**LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E ATIVIDADES  
PRIVADAS**

  
**PEDRO LUIZ FERREIRA**  
**VICE - PRESIDENTE**

  
**PAULO CÉSAR DIAS DE MORAES**  
**MEMBRO**

  
**ABEL RODRIGUES DE CAMARGO**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

  
**CARLOS ROBERTO MARQUES JUNIOR**  
**VICE – PRESIDENTE**

  
**PEDRO LUIZ FERREIRA**  
**MEMBRO**





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266  
[www.camaraibiuna.sp.gov.br](http://www.camaraibiuna.sp.gov.br) e-mail: [camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br](mailto:camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br)

### CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 359/2016 recebeu no expediente da Sessão Ordinária da presente data o parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas; e Educação, Saúde e Assistência Social.

Certifico mais, o Projeto de Lei nº. 359/2016 foi inscrito para discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 28 de março de 2016, conforme anunciado no final da Ordem do Dia da Sessão Ordinária da presente data.

Ibiúna, 22 de março de 2016.

*Amauri Gabriel Vieira*  
Secretário Administrativo





# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 265/2016

"Altera dispositivos da Lei nº 594 de 23 de fevereiro de 2001 e dá outras providências".

FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º - O art. 3º da Lei nº 594 de 23 de fevereiro de 2001, alterado pela Lei nº 910 de 26 de fevereiro de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - (...)

*I – O número de trabalhadores contratados será de 40 (quarenta) para cada frente de trabalho;*

*II – (...)*

*III – Os contratados perceberão mensalmente o salário de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta), reais, podendo ser reajustado para mais, desde que o Governo Federal implante um salário mínimo nacional superior ao valor retro;*

*IV – (...)*

*V – (...)*

*VI – (...)*

*Parágrafo Único – (...)"*



# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Autógrafo de Lei nº 265/2016 – fls. 02.

**Art. 2º** - As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias previstas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, EM 28 DE MARÇO DE 2016.

  
PAULO KENJI SASAKI

PRESIDENTE

  
ALINE BORGES ALVES DE MORAES

1ª SECRETÁRIA

  
LEÔNCIO RIBEIRO DA COSTA

2º SECRETARIO



GABINETE

# CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

“Vereador Rubens Xavier de Lima”  
Estado de São Paulo

Ofício GPC nº. 93/2016

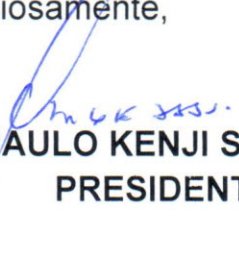
Ibiúna, 28 de março de 2016.

**SENHOR PREFEITO:**


Através do presente, encaminho a Vossa Excelência o **AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 265/2016**, referente ao Projeto de Lei nº. 028, nesta Casa tramitou com o nº. 359/2016, “Altera dispositivos da Lei nº. 594 de 23 de fevereiro de 2001 e dá outras providências.”, aprovado na Sessão Ordinária realizada na presente data.

Sem mais, valho-me do ensejo para apresentar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**PAULO KENJI SASAKI**  
**PRESIDENTE**

**AO EXMO. SR.**  
**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**  
**DD. PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA.**  
**N E S T A.**

04.04.16  
Horário: \_\_\_\_\_  


**CÓPIA**





## CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Mauricio Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP. - Fone/Fax: (15) 3241 - 1266  
[www.camaraibiuna.sp.gov.br](http://www.camaraibiuna.sp.gov.br) e-mail: [camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br](mailto:camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br)

### CERTIDÃO:

Certifico que o Projeto de Lei nº. 359/2016 foi colocado em discussão e votação na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 28 de março de 2016, sendo aprovado por unanimidade dos Srs. Vereadores(as).

Certifico mais, em virtude da aprovação do Projeto de Lei nº. 359/2016 foi elaborado o Autógrafo de Lei nº. 265/2016, encaminhado através do Ofício GPC nº. 93/2016, de 28 de março de 2016.

Ibiúna, 04 de abril de 2016.

*Amauri Gabriel Vieira*  
Secretário Administrativo